

Revista Eutomia - Ano III - Volume 1 - Julho/2010

Linguagem e Trabalho na clínica do autismo: por uma análise metodológica do discurso enquanto forma de ação

Juliana Cáu Durante (UFPE)¹

Resumo

O presente artigo configura-se enquanto um breve recorte de minha dissertação de mestrado¹, que teve por objetivo analisar o discurso do “especialista” sobre o lugar dos pais na clínica do autismo, com enfoque tanto na etiologia quanto no tratamento. Partindo da idéia de discurso enquanto forma de ação, pretende-se discutir as relações dialógicas existentes entre o dizer e o fazer, analisando tais práticas discursivas a partir do método de análise discursivo estatístico-computacional de Camlong (1996). As análises puderam indicar que tais práticas apontam para construções de sentido que remetem ao caráter mutável e adjetivo de “estar” em sofrimento psíquico, desconstruindo, de modo compartilhado, sentidos que apontem para a fixidez e imutabilidade que o conceito de autismo impõe aos indivíduos assim descritos.

Palavras-chave: autismo; discurso; ação.

Resumen

El presente artículo es un breve recorte de mi disertación de mestrado, e tiene por objetivo analizar el discurso de lo “especialista” sobre el lugar de los padres en la clínica del autismo, con enfoque **en la etiología y en tratamiento**. **Partindo de la** idea del discurso enquanto forma de acción, pretende-se discutir las relaciones dialógicas existentes entre el decir e el hacer, analizando tais prácticas discursivas a partir del método de análisis discursivo estatístico-computacionales de Camlong (1996). Las análisis pudieran indicar que tais practicas apuntan para construcciones del sentido que remeten a lo caracter mutable e adjectivo de “estar” en sufrimiento psíquico, desconstruyendo, de modo compartilhado, sentidos que aponten para la fijidez e imutabilidad que el concepto del autismo impone a los individuos así descriptos.

Palabras-llave: autismo; discurso; acción.

¹ Sob orientação da Prof(a) Doutora em Linguística Maria Cristina Hennes Sampaio.

Introdução

Na atualidade, a discussão em torno do tema autismo nos convida a enveredar por um longo e complexo campo de investigações marcado por contradições e controvérsias. Por volta dos anos 40, foi dado início a uma série de discussões e formulações teóricas acerca do que hoje é conhecido, no senso comum, como “autismo”, quando Leo Kanner (1943) definiu o referido termo. Autismo foi o termo utilizado pelo autor para definir indivíduos acometidos por um distúrbio do contato afetivo, **isentos de linguagem**, incapazes de efetuar trocas sócio-afetivas com o outro, estando imersos e reclusos em seus próprios mundos interiores.

Observa-se que Kanner (1943), ao descrever e definir o conceito de autismo valorizou o viés da impossibilidade de comunicação, de linguagem e mesmo de estabelecer contatos afetivos. Ao enfatizar os aspectos da fala, esse autor passou a despovoar e esvaziar a interioridade de tais sujeitos, isolando-os do mundo externo.

A afirmação de que não existe linguagem no autismo foi uma questão que gerou (e continua gerando) infindáveis discussões nas áreas de conhecimento que se propõem a teorizar a esse respeito, em especial a psicanálise, a neuropsiquiatria, a psicologia e a lingüística.

Dentro desse contexto, a psicanálise passou a se debruçar sobre tais questões e a rever determinados conceitos. A partir do momento que se considera que somos seres de fala, de linguagem, a questão passa a ser a seguinte: o que é sujeito e o que é linguagem?

Ainda no que se refere ao polêmico e controverso enigma do autismo, a própria definição do conceito e suas hipóteses diagnósticas não são acordadas entre os profissionais desta área de estudos (CAVALCANTI; ROCHA, P.S., 2001; GAUDERER, 1997; GEISSMAN, 1993; entre outros).

Existem teóricos que o circunscrevem no campo das psicoses infantis precoces (GEISSMAN, 1993); outros acreditam ser um transtorno de caráter orgânico e/ou genético (GAUDERER, 1997); e há ainda os que acreditam ser este um diagnóstico equivocado, posicionando-se na própria desconstrução do conceito, dado seus inumeráveis efeitos iatrogênicos no exercício da prática clínica desenvolvida com estes indivíduos assim descritos (CAVALCANTI; ROCHA, P.S., 2001).

A partir da experiência clínica institucional com crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, os profissionais² do Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem – (CPPL), tomaram uma postura crítica frente ao diagnóstico de autismo, crítica esta que teve enquanto produto a publicação do livro **“Autismo: construções e desconstruções”** (CAVALCANTI; ROCHA, P.S., 2001). Neste livro as autoras efetuam uma leitura crítica do

² Foram analisados os depoimentos de 14 profissionais que compõe a equipe do CPPL – Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, instituição de referência no estado de Pernambuco no cuidado de crianças e jovens em grave sofrimento psíquico, dentre elas as chamadas “autistas”. Instituição na qual atuei enquanto sócia e psicóloga clínica no período de 2003 a 2008.

autismo em Kanner (1943), de forma a apresentar um histórico do conceito assim como algumas das repercussões teóricas decorrentes no campo psicanalítico.

Esta posição crítica e inovadora tomada pelas autoras, compartilhada institucionalmente, tem como respaldo teórico as formulações do psicanalista e pediatra inglês Donald Winnicott (1997a, 1997b, 1997c) frente à problemática do autismo.

“O autismo, isso não existe!” foi uma frase postulada por Winnicott em conferência proferida na Inglaterra para pais de crianças autistas, o que vem a demonstrar que ele é um dos poucos autores que caminha no sentido contrário do que foi formulado acerca da concepção de autismo, a partir do proposto por Kanner (CAVALCANTI; ROCHA, P.S., 2001).

Winnicott (1997a, 1997b, 1997c) afirma não considerar quaisquer benefícios para a compreensão e tratamento de crianças que sofrem psiquicamente através da invenção do termo autismo enquanto patologia específica, destacada do quadro das psicoses infantis. Segundo Cavalcanti e Rocha (2001, p. 99), para o psicanalista britânico:

Qualquer dos sintomas que passaram a demarcar essa patologia podem ser encontrados em muitas crianças que não são autistas e não são reconhecidas como portadoras de distúrbios psíquicos.

Winnicott (1997a, 1997b, 1997c) parece tomar como ponto de partida para o entendimento dos sofrimentos psíquicos dos indivíduos, a história de seu desenvolvimento, fatores externos, ambientais, processos maturacionais e a própria relação familiar, e não sinais ou sintomatologias passíveis de serem classificadas enquanto síndromes psicopatológicas, como se fizesse parte da própria estrutura psíquica e funcionamento do indivíduo.

Como vimos, as controvérsias em torno da concepção etiológica do autismo não se esgotam por aí. Uma delas nos despertou especial interesse, tendo sido elegida enquanto nosso objeto privilegiado de estudo: **o lugar dos pais na clínica do autismo**. Nesta perspectiva, a referida pesquisa teve como objetivo analisar o discurso institucional dos profissionais do CPPL, no sentido de investigar, no exercício de suas práticas, qual o lugar dos pais na etiologia e no tratamento do “autismo”, tendo em vista o posicionamento crítico e compartilhado frente a tal diagnóstico. Pretendeu-se ainda observar e descrever a **heterogeneidade** do discurso institucional acerca do lugar dos pais, partindo do entendimento de que se trata de um “discurso da ação”, o que nos permitiu estabelecer um forte elo de ligação entre o “dizer” e o “fazer”. É o que veremos de agora em diante.

Vale ressaltar, contudo, que o presente artigo configura-se enquanto um **recorte** da referida pesquisa, circunscrevendo suas análises discursivas em torno do diagnóstico de autismo, não sendo aqui desenvolvidas análises acerca do lugar dos pais na clínica do autismo, constituindo-se este último enquanto temática tangencial no presente trabalho.

Práticas Discursivas no âmbito da atividade (trabalho) e da ação

As práticas discursivas são produtos das ações dos homens, expressando também suas formas de organização (MAINGUENEAU, 1993, 2004, 2005). Isso significa dizer também que tais ações se desenvolvem no interior das atividades humanas, no sentido laboral que lhe é emprestado por disciplinas como a ergologia e a ergonomia (SOUZA-E-SILVA; FAÏTA, 2002).

No que se refere à ação desenvolvida no interior da atividade, Hannah Arendt (2004) observa que a pluralidade humana é a condição básica da ação e do discurso, na qual a igualdade e a diferença têm um duplo aspecto de importância. Se não fôssemos iguais não poderíamos compreender-nos entre nós, ter relações com nossos ancestrais e prever planos futuros às gerações posteriores. Também se não fôssemos diferentes, diz Arendt (2004), os homens não precisariam do discurso e da ação para se fazerem entender.

Nesta perspectiva, Arendt (2004) sugere que é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano. Agir significa tomar iniciativa, iniciar (derivado do grego *archein* “começar”, “ser o primeiro”). Por constituírem um *initium*, recém-chegados e iniciadores, os homens são impelidos a agir, tomar iniciativas.

Dada essa relação estreita entre ação e discurso, o ato humano, segundo a autora, deve conter resposta à seguinte pergunta que se faz a todo recém-chegado: **Quem és?** Tal revelação está implícita tanto nos atos quanto nas palavras de alguém que se proponha respondê-la. Segundo Arendt (2004):

Desacompanhada do discurso, a ação perderia não só seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis. Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras (ARENDT, 2004, p. 191).

Para a autora, nenhuma outra atividade depende tanto do discurso quanto a ação. Esta é humanamente revelada através das palavras, e embora o agir possa ser percebido simplesmente em sua manifestação bruta, sem verbalizações, o ato só se torna relevante por intermédio da palavra na qual o autor se identifica, no momento em que anuncia o que fez, faz e pretende fazer (ARENDT, 2004).

Ao falarmos em ação e discurso humanos, podemos nos remeter à relação existente entre **linguagem** e **trabalho**, problemática que vem sendo objeto de interesses recentes em diversas áreas do saber, tais como: a lingüística, ergologia, ergonomia, psicologia, psicanálise, filosofia, sociologia, etc.

Estudiosos que se detiveram na relação linguagem/trabalho (GRANT JOHNSON; CAPLAN, 1979), tomam como ponto de partida a tripartição: “linguagem sobre o trabalho”; “linguagem no trabalho” e a “linguagem como trabalho” (apud NOUROUDINE, 2002).

Segundo Michèle Lacoste (1998), tais distinções foram necessárias para que um espaço de reflexões sobre a linguagem e o trabalho pudesse ser constituído e submetido a críticas. Em referência ao que chamou de linguagem sobre o trabalho, Lacoste (1998, p. 16) afirma:

A fala sobre o trabalho, longe de ser apenas um tema imposto ao trabalhador pelos pesquisadores, é revelada do interior da atividade, em função de exigências da equipe ou da empresa: entre colegas, o

trabalho é mencionado para ser comentado, avaliado, registrado na memória, para que as pessoas se justifiquem ou por mil outras razões que surgem no momento.

Para discutir esta questão, Nouroudine (2002, p. 26) levanta o seguinte questionamento: os agentes ou protagonistas do trabalho falam sobre o trabalho que realizam? E conclui dizendo que existe ao menos uma situação em que os agentes se expressam em relação a sua atividade de trabalho:

[...] aquela na qual saberes são transmitidos de uns aos outros em um coletivo de trabalho (no seio de uma equipe, de um serviço, de uma empresa etc.), ou em relações pessoais (na família, entre amigos etc.).

Acrescenta ainda outras situações em que a linguagem sobre o trabalho ocorre, dada justamente a dimensão presente na linguagem de manter um certo distanciamento e representação, o que nos possibilita avaliar um problema com vistas à objetivação (NOUROUDINE, 2002).

Neste sentido, Lacoste (1998) sugere que se existe a linguagem sobre o trabalho nesse contexto de transmissão e avaliação, no interior de coletivos, essa dimensão não pode, de modo algum, ser analisada de forma apartada daquelas outras duas mencionadas anteriormente: linguagem como trabalho e linguagem no trabalho. Para o autor, a imbricação dessas três dimensões da linguagem em situação de trabalho nos conduz à análise de práticas de linguagem que se revelam enquanto adequadas a uma melhor disponibilização do conhecimento a serviço da **ação** sobre o trabalho.

[...] identificar as modalidades segundo as quais circula a “linguagem sobre o trabalho” e de que modo ela é formulada pelo coletivo ou rede de coletivo mostra-se adequado para auxiliar na reflexão e na definição de meios de melhoria da transmissão dos *savoir-faire* (NOUROUDINE, 2002, p. 26).

Visto que nossos **corpora** compreendem práticas discursivas produzidas pelos profissionais sobre uma dada situação de trabalho, sendo a linguagem a materialização através da qual a **atividade** se desenvolve, parece-nos que se trata de uma dupla dimensão, em que trabalho-ação-linguagem encontram-se diretamente relacionados.

Segundo Lacoste (1998), a possibilidade de abrir um espaço para o surgimento da “fala como trabalho” é, antes de tudo, reconhecer que a atividade verbal pode constituir-se em si mesma como o essencial da tarefa, de forma a distanciar-se cada vez mais do entendimento de atividade verbal enquanto algo supérfluo ou mero anexo.

Contudo, o autor aponta que para tomá-la sob este ponto de vista faz-se necessário um duplo encaminhamento: 1. atribuir à linguagem uma dimensão de ação (idéia inicialmente difundida na Pragmática de Austin e Searle); e 2. entender que a atividade se manifesta tanto pelas palavras quanto por um fazer material (LACOSTE, 1998). Ou seja, o lugar atribuído à atividade estaria cada vez mais distanciado da idéia de linguagem enquanto instrumento de auxílio à ação, aproximando-se da dimensão de linguagem enquanto forma de ação em si mesma.

Tomando-se em consideração os *corpora* de arquivo, constituídos por profissionais que atuam no contexto de uma clínica para crianças, jovens e adultos em sofrimento psíquico, a relação entre linguagem-atividade-ação

torna-se ainda mais estreita, visto que, em sua maioria, o dispositivo clínico de uso privilegiado no próprio manejo terapêutico não é outro senão “a escuta clínica”, o que pressupõe em si uma dimensão intrinsecamente marcada pelo **diálogo**³, sendo este o elemento primordial da atividade clínica.

Para esclarecer a designação atribuída aos termos **atividade** e **ação**, Lacoste (1998) afirma que, de modo genérico, o primeiro seria entendido como “aquilo que fazem” os operadores; enquanto que o segundo teria um estatuto mais teórico, sendo objeto de debate, visto que hoje não existe uma unanimidade sobre a natureza da ação, suas propriedades essenciais e os caminhos de pesquisa adequados ao seu estudo. Nas palavras do autor:

Atividade ‘é um termo empregado pelos ergonomistas para designar, segundo F. Daniellou (1992, p. 27), ‘comportamentos, processos cognitivos e interações mobilizados por um operador ... no momento das observações’. Segundo J. Theureau (1992, p. 51), é um “conjunto de processos de todo tipo ... objeto complexo’ que exige a elaboração de ‘objetos teóricos que isolem alguns de seus aspectos’. Nessa utilização, o termo fica antes de tudo descritivo e pré-teórico; ele é compatível - apesar de mais amplo - com o que os sociólogos interacionistas americanos entendiam quando se referiam à atividade (é completamente diferente do que ocorre na teoria soviética, em que a atividade é dotada de propriedades teóricas precisas). Damos aqui à “atividade” a acepção englobante corrente na ergonomia atual. Quanto à “ação”, para além do debate sobre sua definição, para além do confronto das teorias interessadas em sua análise, há um acordo bastante amplo para fazer dela um objeto teórico, tratado por disciplinas variadas. As propriedades da ação que nós colocamos aqui em primeiro plano são tiradas de diversas fontes, neutralizando as oposições teóricas (LACOSTE, 1998, p. 18).

Lacoste (1998) aponta que, dado justamente o caráter contextual, mutável e situacional de construção da ação, seria de fato impensável elencar as funções da linguagem na atividade, visto que o sentido atribuído só pode ser construído em situação, o que lhe fornece um estatuto plural.

Em relação à articulação linguagem-atividade-ação, o autor acrescenta:

Mesmo quando as relações de trabalho estão fortemente moldadas pela manipulação conjunta de objetos, pela proximidade espacial, pela comunicação corporal, a linguagem continua sendo um elemento essencial. Por sua riqueza semântica, suas ressonâncias, sua abertura para a interpretação, a fala é o modo de construção privilegiado de relações na experiência de trabalho. Estudar a linguagem nas atividades e em torno delas é, pois, atribuir à natureza da atividade de trabalho complicações que lhe são inerentes - o que não ocorre quando se parte de concepções mais estritamente instrumentais - e nela introduzir a relação com o tempo, com o outro, com o coletivo (LACOSTE, 1998, p. 32).

E foi justamente com o intuito de analisar a abertura para o discurso ressonante e plural, que nos foi possibilitada a construção de um tecer de vozes no interior desta equipe de trabalho, concebendo a linguagem enquanto forma de ação. Neste sentido, através do método de análise de dados estatístico-computacional de Camlong (1996), descrito a seguir, foi possível visualizar toda a “arquitetura textual do discurso”, o que nos possibilitou obter recortes enunciativos, analisando dialogicamente a partir do que propõe Bakhtin (2004), toda a heterogeneidade dos discursos presentes nos quatorze depoimentos dos profissionais que compõe a equipe do CPPL.

³ Diálogo aqui, tomado e entendido tal como proposto por Bakhtin (2004), o que pressupõe as dimensões do “eu” e do “outro” de modo inter-relacional, presente em todo e qualquer princípio da linguagem humana.

O método Camlong

O método de análise escolhido para entrada nos corpora refere-se à utilização de instrumentos **estatístico-computacionais**, baseado em pressupostos metodológicos de análise lexical, textual e discursiva, proposto por André Camlong (1996).

Ao descrever o método, o autor define-o da seguinte forma:

Método de análise estatística destinado ao tratamento informático de dados lexicais, textuais e discursivos, para o uso de todos aqueles que desejam se dedicar à prática de análise “científica” de qualquer corpus textual (escrito ou transcrito), exposto de um ponto de vista teórico e prático (CAMLONG, 1996, p. 5).

Segundo Camlong (1996), a importância desse método encontra-se no fato deste nos propiciar um tratamento dos corpora de arquivo através de um critério científico (a estatística paramétrica), de forma a permitir que se possa, a partir de uma leitura da descrição do peso da população lexical recenseada, visualizar todo o conjunto de constituição lexical, textual e discursiva, assim como visualizá-los sob o ponto de vista de cada arquivo separadamente, de forma a compará-los e interpretá-los entre si.

Nesse sentido, o método possibilita ao analista, num primeiro momento, uma leitura dos dados descritos (pesos dos itens lexicais), evitando, assim, a escolha de determinados itens lexicais que pudessem oferecer respostas esperadas pelo pesquisador em relação às suas hipóteses e perguntas de pesquisa.

Nesta pesquisa, em especial, a escolha desse método parece ser um fator de fundamental importância, dada justamente ao fato do pesquisador/analista fazer parte da equipe institucional aqui analisada, mesmo que o seu discurso não tenha sido objeto de análise, sendo o único a não submeter-se à pesquisa. Nesse sentido, a utilização do método possibilita que o analista mantenha-se num distanciamento necessário dos dados, permitindo ao mesmo tempo compreendê-los de modo mais abrangente, sem possíveis interferências, o que poderia ser um pouco mais dificultado, caso fosse utilizada uma metodologia de análise puramente qualitativa.

Trata-se da utilização da informática sustentada pela matemática aplicada – estatística paramétrica, caracterizada e definida por sua objetividade, indução e cientificidade; de uma estatística descritiva e de auxílio à interpretação de dados que se presta à descrição do status de uma população lexical. Composta de três instrumentos de base: “a aritmética, para calcular, determinar e controlar; o cálculo algébrico para medir, comparar e integrar; a representação geométrica para visualizar, memorizar e raciocinar”. Desta forma, a estatística paramétrica possibilita ao analista, sendo um instrumento de análise e síntese, “observar e transcender a matéria e através de sua manipulação, desvendar sua arquitetura, ou melhor, a composição do discurso” (CAMLONG, 1996, p. 7).

Vale ressaltar que os dados numéricos apenas representam o peso e a importância dos léxicos e do discurso como um todo. Isto porque, por detrás dos números estão os léxicos e, por detrás destes estão os textos e os discursos. Desse modo, o método estatístico permite descrever e analisar as relações entre os elementos lexicais e sintático-semânticos que compõem a “arquitetura” dos discursos (CAMLONG, 1996).

No entanto, este é um método de análise quantiqualitativa dos dados; ou seja, não é apenas sob o ponto de vista quantitativo que ele nos fornece subsídios às análises dos dados. Trata-se de dados qualitativos sobre um fundo quantitativo. Segundo o autor (CAMLONG, 1996), por intermédio da configuração de sua matriz lexical, é possível visualizar toda a “arquitetura textual do discurso”, o que nos possibilita obter recortes enunciativos validados a partir do peso atribuído a cada léxico do conjunto discursivo.

O processamento informatizado dos dados se dá em duas etapas: a primeira consiste no recenseamento exaustivo dos itens lexicais dos textos (depoimentos individuais), distribuídos em variáveis, através do programa STABLEX (CAMLONG, 1996); na segunda, através da MACRO STAB, aplicando-se fórmula estatística, são geradas as tabelas de frequência e de pesos dos itens lexicais no conjunto das variáveis.

Através do recorte dos dados apresentados a seguir poderemos observar que trabalhamos com a frequência e com os pesos dos itens lexicais presentes nos discursos frente a questão do diagnóstico de autismo dos depoimentos individuais dos quatorze profissionais entrevistados, recenseando-os e construindo tabelas de frequência no conjunto lexical e discursivo⁴.

A partir da análise do tema: “Autismo: uma questão de identidade?”, analisamos, de modo dialógico discursivo, a referência ao conceito de autismo no interior de cada contexto, interpretando, em tais práticas discursivas, por um lado, a referência ao termo autista em seu caráter diagnóstico, sindrômico e imutável, e por outro lado, o uso de palavras e/ou itens lexicais que remetam a flexibilidade e mutabilidade do termo, abrindo as possibilidades de enxergar tais sujeitos assim descritos como seres humanos, em sua mais pura condição e constituição psíquica de **singulares-plurais** (ROCHA e CAU, 2006).

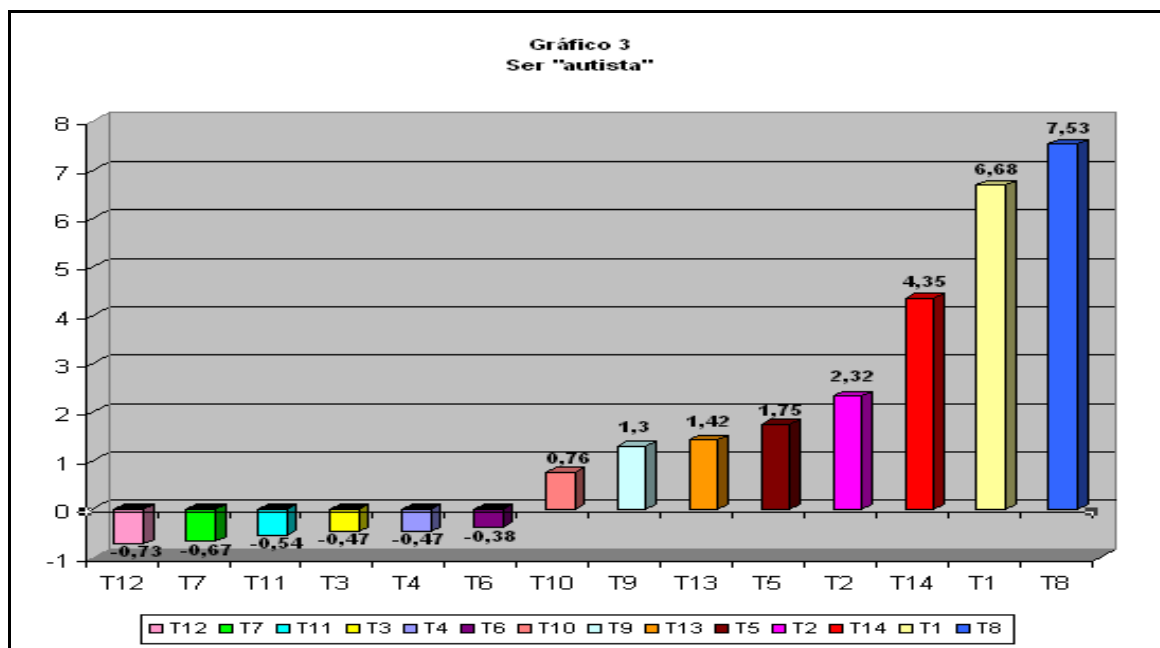
Analisando os dados de Pesquisa: um recorte discursivo relacional da diferença entre Ser “autista” x Ser “humano”

A partir da lematização do sub-tema Ser “autista” x Ser “humano”, foram constituídos dois gráficos que de alguma forma nos serviram de porta de entrada às análises do mesmo, circunscritos no tema: **Autismo: uma questão de Identidade?**

Gráfico 3. Ser “Autista” – representa a lematização das palavras: (autista e autistas); Gráfico 4. Ser “humano” – representa a lematização das palavras: (criança(s), jovem(s), adulto(s), paciente(s), púberes, pré-púberes, adolescente(s), filho(as), garoto(as), bebê(s), juvenzinha, garotinho, menininho). Ambos os gráficos apresentam a

⁴ O que justifica ser este apenas um recorte de análise do trabalho desenvolvido (CAU, 2007), o que pode ser observado pelo enfoque, no presente artigo, a questão diagnóstica do conceito de autismo, atribuindo aos pais, neste sentido, uma análise que vem a tangenciar o recorte aqui apresentado, não constituindo-se aqui enquanto figura central de análise, tal como proposto enquanto objetivo geral da presente pesquisa.

distribuição dos pesos e freqüências deste sub-tema no interior das práticas discursivas, representados pelos quatorze depoimentos, dispostos em colunas⁵.



Se analisarmos quantiquantitativamente a representação do gráfico 3, podemos observar que a distribuição dos pesos em relação ao sub-tema ser “autista” apresenta-se de forma bastante **heterogênea** no interior das formas de enunciação dos quatorze depoimentos que compõem nossos corpora de arquivo. Observa-se que, dentre as práticas discursivas representadas acima, ganham especial destaque os enunciadores T1(+6,68); T8 (+7,53) e T14 (+4,35) pelo alto valor atribuído se comparado às demais. Estes valores significativamente altos indicam que estes enunciadores possuem uma grande preferência em utilizar as palavras (autista(s)) em seus discursos, quando comparados aos demais enunciadores. Localizam-se, assim, no vocabulário de tipo preferencial, de escolha privilegiada dos mesmos, (valor superior a +1,96 ou +2,00). Os enunciadores T5 (+1,75); T9 (+1,39) e T13 (+1,42) representam as práticas discursivas localizadas no vocabulário de tipo básico, com tendência positiva, com peso tendendo a dar suporte ao vocabulário de tipo preferencial (valor maior que +1 e menor que +2). Por sua vez, as práticas discursivas dos enunciadores T3(-0,47); T4 (-0,47); T6 (-0,38); T7 (-0,67); T10 (+0,76); T11 (-0,54) e T12 (-0,73) estão localizadas no vocabulário de tipo básico, que serve de suporte à construção do texto e seu peso se encontra próximo à média escalar “0”, (valor maior que -2 e menor que +2). Contudo, tais valores só ganham significação quando analisados e interpretados em relação ao contexto discursivo em que os mesmos ocorrem, como podemos observar no recorte abaixo de T1:

⁵ A numeração apresentada pelos dois gráficos aqui analisados (Gráficos 3 e 4) mantêm-se fiel a descrição e ordenamento original da dissertação de mestrado, o que justifica a não sequencialidade (1...2) e evidencia o caráter de recorte de análise dos dados efetuado no presente artigo.

Talvez pelo fato, do, (...) dos autistas, das crianças ditas autistas, das crianças que apresentam sinais autísticos, esses sinais autísticos sejam tão radicalmente diferentes de outras coisas que aparecem, que incomodam os pais nas suas crianças, outros tipos de sintomas, esses sintomas ditos autísticos, eles espantam mais, eles causam uma estranheza maior, então essa estranheza, ela, a tendência nessa dança, é de parar a dança, eu fico pensando (T1).

A pergunta que se poderia fazer é qual a razão do uso privilegiado da palavra “**autista**” por um enunciador identificado com uma formação discursiva que se coloca contrária a este tipo de designação. Analisando-se o peso significativo (+6,68) atribuído pelo enunciador T1 à palavra “autistas”, neste recorte discursivo, observamos que, em seu primeiro uso, o enunciador refere-se a sua forma sindrômica, tal qual descrita originalmente por Leo Kanner, quando este, ao situá-la no espaço de um quadro incurável e definitivo – o que marca sua dimensão de “ser autista” para sempre – passa a atribuir-lhe, definitivamente, um **status substantivo**. O retorno, portanto, a um discurso fundador⁶, situado numa memória discursiva que se inscreve na própria história do autismo, vinculada a Kanner, memória essa que é acionada pelo peso do status substantivo conferido pelo referido autor à palavra **autista**, parece corroborar com os dados de nossa análise quantitativa.

Como vimos na fundamentação teórica sobre o autismo, todas as suas formas de descrição foram produzidas pela **negativa**, ou seja, ao descrever o conceito, enfatizou-se apenas o viés da impossibilidade, da incapacidade de relacionar-se afetivamente com os outros e com o mundo, da incapacidade de comunicar-se, de compreender, etc, localizando, assim, os sujeitos autistas nas fronteiras da **humanidade**. Estas características em torno do “autista” foram amplamente marcadas na literatura sobre o tema por diversas metáforas, como: **conchas fechadas, fortalezas vazias, carapaças, tomadas desligadas**, entre outras (CAVALCANTI; ROCHA, P.S., 2001, p. 26).

A carga semântica negativa, portanto, que a designação “**autistas**” evoca, através das referidas metáforas, traz à tona a questão do diagnóstico do autismo como uma **marca identitária**, no qual a dimensão do reconhecimento da alteridade, do outro semelhante, é fortemente abalada. Nota-se que, quando se fala em “autista” em sentido substantivo e essencialista do “ser”, observa-se uma espécie de apagamento da subjetividade do “eu” pela sobreposição da marca diagnóstica que passa não só a definir, como a constituir o “ser autista”, com todas as suas impossibilidades. O peso significativo dessa palavra na prática discursiva de T1 agrega, portanto, além da evocação da história do autismo, um forte valor de carga semântica negativa em relação ao diagnóstico.

No entanto, no recorte discursivo do enunciador T1 observamos que, logo após o uso da palavra “autistas”, em sentido de síndrome, “*Talvez pelo fato, do, (...) dos autistas*”, o enunciador vai cada vez mais trazendo de volta a subjetividade anteriormente apagada do discurso, “*das crianças ditas autistas*”, como também apresenta

⁶ Discurso fundador, tal como o próprio nome vem a indicar, é aqui trabalhado no sentido de um discurso inicial, que de alguma forma, termina por marcar, num espaço e num tempo histórico, através do dispositivo da memória discursiva, todas as renovações de sentido daí advindas, como propõe Bakhtin (2003). No presente trabalho, este discurso fundador pode ser representado, por exemplo, pelo artigo inicial de Kanner (1943).

um acento apreciativo crítico frente ao diagnóstico, no momento em que coloca em suspenso o conceito: ***“ditas autistas”***.

O enunciador marca ainda mais seu posicionamento crítico ao diagnóstico de autismo ao utilizar, em seguida, não mais sua forma substantivada do “ser autista”, mas sua forma adjetiva do “estar”, guardando seu caráter de provisoriedade: ***“das crianças que apresentam sinais autísticos”***.

Observa-se a presença do Outro, marcado por uma memória discursiva que remete a Kanner, quando o enunciador T1 evoca o uso, ainda controverso, do conceito, ora como síndrome, ora como sintoma. Apesar de que, como vimos anteriormente, o enunciador não só apresenta uma preferência em utilizar a forma transitória do “estar”, ***“das crianças que apresentam sinais autísticos, esses sinais autísticos”***, como também, o termo ***“ditos autísticos”***, presente na expressão ***“esses sintomas ditos autísticos”*** sugere que o próprio conceito, seja em sua forma substantiva e fixa, ***“ditas autistas”***, seja em sua forma adjetiva e mutável, ***“ditos autísticos”***, pode estar sendo utilizado como forma de comunicação com o Outro⁷ e com o mundo a respeito do autismo, o que pode indicar também um modo de fazer-se compreender. O que por sua vez, não indicaria necessariamente, que se concorde ou re-affirme o conceito, o que pode ser evidenciado pelo uso da expressão ***“ditas”*** e ***“ditos”***, expressão esta que, de alguma forma, serve de distanciamento daquilo que se está querendo dizer, podendo também ser considerados termos equivalentes às expressões “como dizem”, ou “que se diz”, trazendo, para o interior do discurso, a presença de outras vozes: de quem fala, de quem diz, etc.

Observa-se que o enunciador T1, quando expressa: ***“esses sinais autísticos sejam tão radicalmente diferentes de outras coisas que aparecem, que incomodam os pais nas suas crianças”***, o faz num contexto enunciativo no qual se coloca em pauta a questão da **diferença**, em relação direta com o conceito de autismo. Este ***“incômodo”*** causado nos pais pela **diferença**, apresentada por seus filhos, dá-se justamente pelo fato de que uma das vias de constituição subjetiva acontece no processo de identificação, no qual o “eu” se identifica com o “outro” enquanto seu semelhante. Segundo Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 34), é a noção de **identidade** que “concebe a relação entre dois seres sob o modo do mesmo”, do que é igual, do semelhante. Neste sentido, a medida em que os pais se defrontam com a diferença destes filhos, esta **estranha diferença** não só espanta como assusta: ***“esses sintomas ditos autísticos, eles espantam mais, eles causam uma estranheza maior”*** (T1).

Dialogando com outras vozes a respeito da relação entre o conceito de autismo e a noção de **diferença** e de **estranheza**, poderíamos dizer que, no caso do sujeito dito autista:

Seria sua diferença e singularidade que o afastaria do mundo e dos outros. Dito de outro modo, mais do que seu silêncio e de sua mais profunda reclusão e afastamento, o que mais causa ao outro medo e horror não é senão encontrar-se diante de um *semelhante tão estranhamente diferente* (CAU, 2006, p. 69).

A dificuldade dos pais em se encontrarem diante de um filho, um semelhante, contudo, tão *estranhamente diferente*, acaba por ocasionar um certo afastamento, fazendo com que a relação pais-

⁷ A utilização do termo “outro” neste contexto discursivo sugere o entendimento adquirido pelo senso comum sobre o conceito de autismo, a partir do que foi proposto por Kanner em 1943 e posteriormente difundido pelos mais diversos meios de comunicação.

filhos se torne bastante comprometida: “*então essa estranheza, ela, a tendência nessa dança, é de parar a dança, eu fico pensando*” (T1).

Ao falar em semelhante estranhamente diferente, dialogamos e evocamos a memória discursiva de Freud (1976, p. 301-305), em seu célebre texto “O estranho”:

O estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão. (...) o *unheimlich* é o que uma vez foi *heimlich*, familiar; o prefixo *un* (*in*) é o sinal da repressão.

Aproxima-se, assim, o sentimento de estranheza produzido ao outro pelo conhecido conceito de autismo de Kanner (1943) à noção de estranho familiar de Freud (1976, p. 277): “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”. Seria, então, esta **estranha diferença** que faria com que os pais se afastassem da criança e passassem a se relacionar com a doença, tal qual veremos no recorte discursivo do enunciador T8 que, ao evocar a palavra “autista” (com peso significativamente alto +7,53) também o faz num contexto enunciativo que remete ao **diagnóstico de autismo**, no qual se entrecruzam as noções de identidade, alteridade e diferença, e cujo discurso está em relação dialógica com o discurso do enunciador T1 anteriormente analisado, na medida em que, os pais, ao se relacionarem com a doença, perdem a possibilidade de identificação com o filho, dado justamente os efeitos iatrogênicos do diagnóstico.

Mas voltando para os pais, o que a gente percebeu então é que os pais percebiam as dificuldades que apareciam e faziam uma espécie de peregrinação entre os mais variados especialistas, não é, que no início, tinham dificuldade de diagnosticar e depois começaram a diagnosticar cedo demais, dando o diagnóstico de imediato, desde que apareciam alguns sinais de dificuldades de desenvolvimento e diagnosticar como autismo, não é. Que aí, por sua vez, teve um efeito nefasto, para os pais, iatrogênico, na medida que, como entretempo, muito se popularizou o próprio autismo e a mídia via filmes, via, enfim, jornais, etc, começaram então, como era visto que, era dito sempre que era algo que era incurável, para eles, para os pais, isso se transformava numa espécie de, como eu diria, uma sentença, não é. O peso era de uma sentença. Era uma sentença de um destino que vai daí para frente se ter com aquela criança que não era modificável. O que fazia que eles, de repente, se afastavam da criança, como tal, não é, e começavam a se relacionar com a doença, não é. Ele já não era o João, ele já não era o Felipe, era autista. E aí eles se relacionavam com autista e com autista eles não sabiam se relacionar, não tinha como investir, obviamente, não é. Quer dizer, a ferida que se criava não é, e dava a idéia como no próprio autismo era dito que a criança não reconhecia ninguém, não tem afeto, não vai saber falar, não vai conseguir se desenvolver, então pra eles, de repente eles perdiam a possibilidade de comunicação. Então, eles se colocavam na posição: “e agora, quê que eu faço, como eu me comunico com meu filho? Me digam”, e aí o pedido que vinha pra nós era como eu faço, como eu me comunico com meu filho, quê que eu faço com meu filho?” Não é, por que ele é autista, não é, sendo autista eu não sei mais fazer nada, não é. Então, esse diagnóstico teve efeitos iatrogênicos nesse sentido de “não sei mais o que fazer, me digam o que devo fazer”.(T8).

Através do fragmento discursivo: “*O que fazia que eles, de repente, se afastavam da criança, como tal, não é, e começavam a se relacionar com a doença, não é*”, o enunciador T8 traz à tona a discussão dos efeitos negativos causados pelo diagnóstico de autismo à própria relação estabelecida entre pais e filhos. E acrescenta: “*Ele já não era o João, ele já não era o Felipe, era autista*”. Neste fragmento, quando o enunciador T8 expressa a palavra “**autista**”, apresenta um dado acento apreciativo crítico frente ao diagnóstico. Este acento

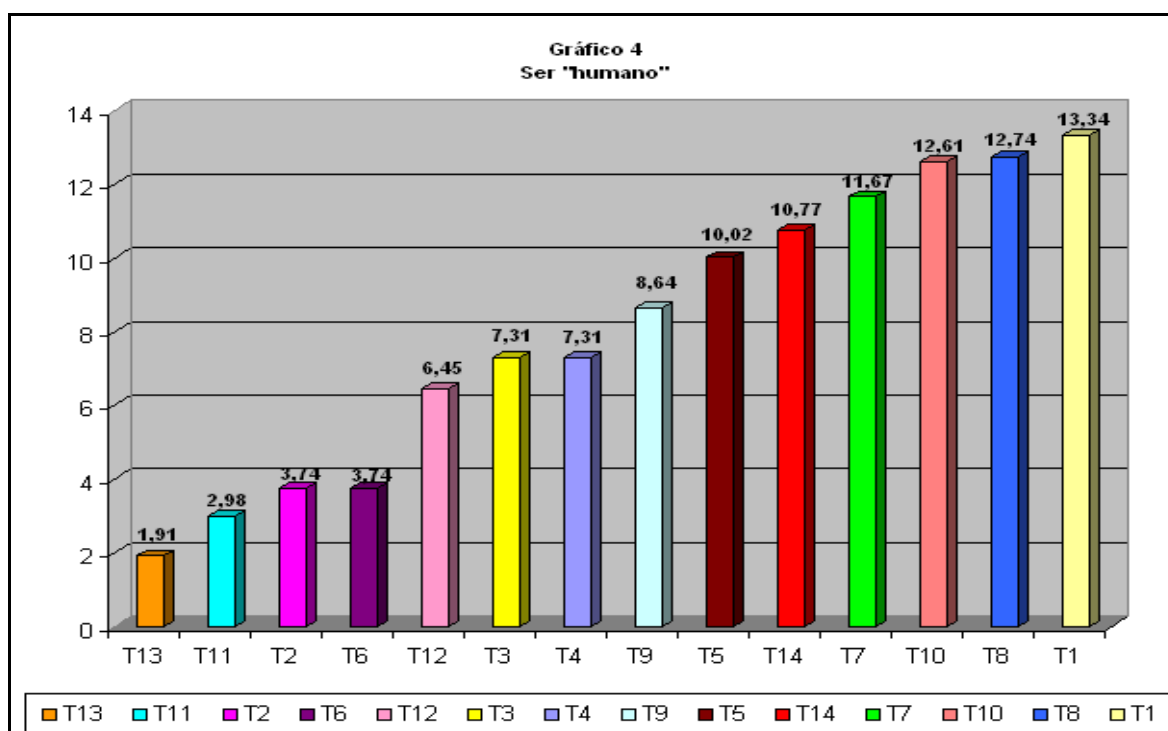
avaliativo do enunciador sugere que o diagnóstico de autismo traz um apagamento da subjetividade, na medida em que ocorre uma perda de **identidade** de “indivíduo”, com todas as suas características que o definem e o constituem, pelo ganho e sobreposição de uma **marca identitária**, que acaba por constituir e definir daí em diante o indivíduo assim descrito, colocando em evidência apenas suas impossibilidades e seu destino **funesto e imutável**: *“Era uma sentença de um destino que vai daí para frente se ter com aquela criança que não era modificável”*.

O enunciador, quando diz: *“E aí eles se relacionavam com autista e com autista eles não sabiam se relacionar, não tinha como investir, obviamente, não é”*, afirma que, na medida em que ocorre esta perda da identidade de filho e a esta se sobrepõe a identidade de “ser autista”, com toda a carga semântica que o conceito carrega, os pais já não mais sabem lidar ou se relacionar com o filho, o que sugere que esta perda de identidade gera um apagamento da subjetividade.

Esta nova identidade sobreposta, de “ser autista”, traz consigo a idéia de que: *“a criança não reconhecia ninguém, não tem afeto, não vai saber falar, não vai conseguir se desenvolver”*, o que faz com que a relação e a comunicação entre pais e filhos se torne comprometida daí em diante, como diz o enunciador T8: *“então pra eles, de repente eles perdiam a possibilidade de comunicação”*.

O enunciador T8 expressa ainda, neste mesmo recorte discursivo, um acento crítico avaliativo frente aos efeitos do diagnóstico, descrevendo as conseqüências na própria relação pais-filhos: *“Então, esse diagnóstico teve efeitos iatrogênicos nesse sentido de “não sei mais o que fazer, me digam o que devo fazer”*, o que acaba por influenciar a posição dos pais quando chegam à clínica na busca de algum tipo de ajuda terapêutica: *“eles se colocavam na posição: “e agora, quê que eu faço, como eu me comunico com meu filho? Me digam”, e aí o pedido que vinha pra nós era como eu faço, como eu me comunico com meu filho, quê que eu faço com meu filho?” Não é, por que ele é autista, não é, sendo autista eu não sei mais fazer nada”*.

No Gráfico 4 a seguir, analisaremos a ocorrência de palavras que remetem à questão do ser “humano” no interior das práticas discursivas, dando continuidade às discussões em torno do autismo em articulação as noções de **alteridade, identidade e diferença**.



Se analisarmos o Gráfico 4 referente ao sub-tema ser “humano”, podemos observar que, apesar das práticas discursivas dos enunciadores apresentarem-se de modo heterogêneo, pela diferenciação dos pesos atribuídos a cada depoimento, treze (13) dos quatorze (14) enunciadores apresentaram um peso superior a (+1,96 ou +2), representando o vocabulário do tipo preferencial, de escolha privilegiada dos enunciadores. São eles: T1 (+13,34); T2 (+3,74); T3 (+7,31); T4 (+7,31); T5 (+10,02); T6 (+3,74); T7 (+11,67); T8 (+12,74); T9 (+8,64); T10 (+12,61); T11 (+2,98); T12 (+6,45) e T14 (+10,77). Apenas o enunciador T13 (+1,91) não ficou localizado no vocabulário de tipo preferencial, embora seu valor tenha sido bastante próximo a (+1,96), sendo representado, desta forma, pelo vocabulário básico de tendência positiva, que dá suporte ao vocabulário preferencial, (valor maior que +1 e menor que +1,96 ou +2). O que chama atenção no Gráfico 4, se comparado ao Gráfico 3 anterior, é a significativa preferência em utilizar palavras que remetam ao ser “humano”, sem a marca apriorística e diagnóstica de “autista”, no interior do conjunto institucional das práticas discursivas dos profissionais do CPPL.

O conjunto destes dados que expressam pesos altamente significativos indicam que a desconstrução do diagnóstico de autismo, como já observado e descrito no tópico anterior, já foi interiorizada pelos profissionais da instituição, demonstrando que a palavra **autista** foi substituída pelas palavras que remetam ao ser humano, sem “etiquetas” ou “rótulos”. Procuraremos analisar e compreender qualitativamente estes dados, recorrendo aos contextos enunciativos em que tais palavras são expressas, de forma a observar o modo pelo qual esse sub-tema se inter-relaciona nas práticas discursivas dos enunciadores, e quais as possíveis construções de sentido produzidas no interior desse tema.

Alguns ainda estão na fase de tentar, de se pisar nos pés, e tal. Mas é como se, é tão diferente, tão diferente, que é um estranhamento grande demais, né, aí fica muito difícil pra eles sozinhos resgatar nesse filho que tem coisas tão estranhas o que de parecido com outras crianças, crianças que eles foram, eles identificarem ali. Então eles puxam por aí, puxar por aí, onde eles podem se identificar. Eh, (...), fortalecer isso aí pra que esse outro lado estranho, com essas atitudes estranhas, esse jeito de ser estranho, ele não prevaleça. Ele não, ele não, ele não, substitua, ele não apareça de forma a reduzir aquela criança a isso, então não tem como, não tem por onde os pais se reaproximarem e conduzirem os cuidados com esse filho da maneira habitual, né.(T1)

Analisando o recorte discursivo do enunciador T1, observamos que o mesmo explicita as palavras **“criança(s)”** e **“filho”** num contexto enunciativo em que ele discute a relação pais-filhos. Para tanto, se utiliza da metáfora do **“passo de dança”**, anteriormente analisada, indicando esta relação: **“Alguns ainda estão na fase de tentar, de se pisar nos pés, e tal. Mas é como se, é tão diferente, tão diferente, que é um estranhamento grande demais, né”**. Refere que a dificuldade e o estranhamento presente nesta relação se dá justamente pela diferença apresentada pelo filho.

No fragmento: **“aí fica muito difícil pra eles sozinhos resgatar nesse filho que tem coisas tão estranhas o que de parecido com outras crianças, crianças que eles foram, eles identificarem ali”**, observamos o não aparecimento da palavra **“autista”** no discurso do enunciador, evidenciando a dimensão subjetiva expressa pelo uso freqüente das palavras **“filho”** e **“crianças”**, o que sugere a não utilização e a suspensão do discurso desta marca diagnóstica. Esta suspensão do termo autismo ou da palavra autista pode ser evidenciada no momento em que o enunciador diz: **“nesse filho que tem coisas tão estranhas”**, marcando a preferência em referir-se a esta problemática de um outro jeito que não apague a subjetividade do indivíduo.

Este mesmo fragmento: **“aí fica muito difícil pra eles sozinhos resgatar nesse filho que tem coisas tão estranhas o que de parecido com outras crianças, crianças que eles foram, eles identificarem ali”**, evocado pelo enunciador T1, remete a discussão em torno da dificuldade dos pais em reconhecer a **alteridade** do filho, pela presença do que é **diferente** e **estranho**. Esta dificuldade existe, como vimos nas análises anteriores, justamente porque os pais buscam relacionar-se com os filhos pela via da **identidade**, da identificação, pela busca do que existe de **semelhante** entre ambos.

Quando o enunciador afirma: **“aí fica muito difícil pra eles sozinhos”**, parece estar se referindo a importância do trabalho terapêutico neste processo, o que pode ser ilustrado no fragmento: **“puxar por aí, onde eles podem se identificar. Eh, (...), fortalecer isso aí pra que esse outro lado estranho, com essas atitudes estranhas, esse jeito de ser estranho, ele não prevaleça”**. Esta afirmação do enunciador T1 sugere que o trabalho terapêutico, nesse sentido, possibilita, entre outras coisas, que os pais possam enxergar em seus filhos o que foi apagado pela marca identitária, reconhecendo novamente a identidade de filho, que possui dificuldades, mas que também possui muitas outras possibilidades de vir a ser. Esta nova construção de sentidos parece ser ratificada pelo seguinte fragmento do enunciador T1: **“Ele não, ele não, ele não, substitua, ele não apareça de forma a**

reduzir aquela criança a isso”, referindo justamente a importância do trabalho terapêutico para que a marca diagnóstica e identitária não venha a substituir, reduzir ou apagar a subjetividade do filho, ou da criança.

Assim, o enunciador sugere que o trabalho terapêutico conduz os pais ao reconhecimento da **alteridade**, a qual, como afirma Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 34), serve para definir o ser em uma relação que é fundada sobre a diferença: “o eu não pode tomar consciência do seu ser-eu a não ser porque existe um não-eu que é outro, que é diferente”.

O recorte discursivo a seguir, do enunciador T2, dialoga com o enunciador T1 ao trazer a discussão desta busca de uma **identidade**, representada pela procura do diagnóstico na instituição:

Com relação a minha concepção sobre pais, esses pais que procuram atendimento aqui, esses pais que procuram de certa forma uma *identidade* para o filho ou uma afirmação de que seus filhos são autistas, de que seus filhos tem determinada psicose então, eh, (...pausa longa), ao mesmo tempo que eles procuram essa afirmação eles procuram também a instituição querendo ouvir uma negação, ou uma negação ou uma afirmação, e quando eles chegam aqui e eles não recebem nem uma coisa nem outra, eles levam um tempo, o que pra mim é uma coisa boa, por que a partir daí eles começam a construir uma outra identidade, que é de simplesmente pais, pais de uma criança ou de um adolescente ou de um adulto que tem determinado limite, mais que são simplesmente pais. É isso. (T2)

No fragmento: “*esses pais que procuram atendimento aqui, esses pais que procuram de certa forma uma identidade para o filho ou uma afirmação de que seus filhos são autistas*”, o enunciador fala desta busca pelo diagnóstico, por esta marca identitária, pois, a medida que os pais se defrontam com este “semelhante tão estranhamente diferente” (CAU, 2006) eles não mais se reconhecem no filho, o que gera um afastamento, pela perda da identidade de ser igual, semelhante. Como vimos em análises anteriores, esta **diferença** que afasta também faz com que os pais não saibam mais se relacionar com os filhos, porque não se reconhecem mais ali. O que pode fazer com que os pais busquem uma outra **identidade**, para que então seja possível relacionar-se, mesmo que esta identidade seja a marca de “ser autista”. Contudo, como vimos em análises anteriores, os pais passam assim a se relacionarem com a doença e não com a subjetividade do filho. Este dado acento apreciativo pode ser evidenciado pelo seguinte fragmento discursivo: “*quando eles chegam aqui e eles não recebem nem uma coisa nem outra, eles levam um tempo, o que pra mim é uma coisa boa*”, que marca o posicionamento crítico institucional frente a esta questão diagnóstica e os efeitos positivos dessa posição no tratamento: “*por que a partir daí eles começam a construir uma outra identidade, que é de simplesmente pais, pais de uma criança ou de um adolescente ou de um adulto que tem determinado limite, mais que são simplesmente pais*”, oferecendo aos pais a possibilidade de reencontrarem e/ou reconstruírem a identidade perdida de “*filho*”, pela **diferença**. Este fragmento do enunciador T2 sugere que, frente a este posicionamento institucional, por ele compartilhado: “*o que pra mim é uma coisa boa*”, ocorre uma suspensão do uso da marca diagnóstica no discurso, dando lugar a identidade de “ser humano”, expresso pelas palavras: “*criança*”; “*adolescente*” e “*adulto*”, possibilitando aos pais o reconhecimento da **alteridade** também pela via da **diferença**, e não apenas do que é **igual, semelhante**.

Tendo em vista todo o exposto, a análise dos dados, recortada no presente artigo, evidencia, a partir do tecer de vozes, no interior das práticas clínico-discursivas dos profissionais do CPPL, em torno das questões sobre o autismo, a estreita relação entre o que se diz e o que se faz, tomando a linguagem em sua dimensão constitutivamente dialógica, heterogênea e plural, entrelaçadas pelo conceito de memória discursiva, tal como propõe Bakhtin (2004), sendo assim constituído no âmbito da linguagem em situação de trabalho.

Observamos, através das análises discursivas que tais práticas clínicas apontaram para construções de sentido que remetem ao caráter mutável e adjetivo de “estar” em sofrimento psíquico, desconstruindo, de modo compartilhado, sentidos que apontem para a fixidez e imutabilidade que o conceito de autismo impõe aos indivíduos assim descritos, enfatizando, por assim dizer, sua dimensão constitutivamente singular, plural, de ser humano, de ser diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMY, Marie Dominique. (2001) *Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ARENDT, Hannah. (2004) *A condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BAKHTIN, Mikhail. [1979(2003)] *Estética da Criação Verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- BAKHTIN, Mikhail. [1929(2004)] *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11ª ed. São Paulo, HUCITEC.
- CAMLONG, André. (1996) *Méthode d'analyse lexicale textuelle et discursive*. Paris: C.R.I.C. & Ophrys.
- CAU, Juliana Durante. (2006) A questão do estrangeiro na constituição da subjetividade: uma leitura crítica do autismo em Kanner. In: ROCHA, P.S. (Org.). *Cata-Ventos: Invenções na Clínica Psicanalítica Institucional*. São Paulo: Editora Escuta, p. 64-76.
- CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina Schmidtbauer. (2001). *Autismo: construções e desconstruções*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (2004) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- FREUD, Sigmund. [1919 (1976)] “O estranho” (Das Unheimliche). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Volume XVII. Rio de Janeiro: Imago Editora, p. 275-314.
- GAUDERER, Christian. (1997) *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais*. Rio de Janeiro: Revinter.
- GEISSMANN, Claudine e Pierre. (1993) *A criança e sua psicose*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- KANNER, Leo. (1943). Autistic Disturbances of Affective Contact. *Nervous Child*, n. 2, p. 217-250.
- KUPFER, Maria Cristina. (1994) Pais: melhor não tê-los? In: ROSENBERG, A.M.S. (Org.) *O lugar dos pais na psicanálise de crianças*. São Paulo: Editora Escuta, p. 99-119.

- LACOSTE, Michéle. (1998) Fala, atividade, situação. In: DUARTE, F.J.C.M.; FEITOSA, V.C.R. (Orgs.). *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, p. 15-36.
- MAINGUENEAU, Dominique. [1987(1993)] *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2ª ed. Tradução: Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP.
- MAINGUENEAU, Dominique. [1984(2005)] *Gêneses dos discursos*. Tradução: Sírío Possenti. Curitiba: Criar edições.
- NOUROUDINE, Abdallah. (2002) A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (Orgs.) *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, p. 17-30.
- ROCHA, Paulina Schmidtbauer; CAU, Juliana Durante. (2006) Cata-Ventos: Singulares Plurais. In: ROCHA, P.S. (Org.). *Cata-Ventos: Invenções na Clínica Psicanalítica Institucional*. São Paulo: Editora Escuta, p. 9-14.
- ROSENBERG, Ana Maria Sigal de. (Org.). (1994) A constituição do sujeito e o lugar dos pais na análise de crianças. In: ROSENBERG, A.M.S. (Org.). *O lugar dos pais na psicanálise de crianças*. São Paulo: Editora Escuta, p. 21-59.
- SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (Orgs.) (2002) *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez.
- WINNICOTT, Donald W. [1966(1997a)] Três revisões de livros sobre autismo. In: SHEPHERD, R.; JOHNS, J.; ROBINSON, H. T. (Orgs.) *D. W. Winnicott - Pensando sobre crianças*. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, p.175-178.
- WINNICOTT, Donald W. [1966(1997b)] Autismo. In: SHEPHERD, R.; JOHNS, J.; ROBINSON, H. T. (Orgs.) *D. W. Winnicott - Pensando sobre crianças*. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 179-192.
- WINNICOTT, Donald W. [1967(1997c)] A etiologia da esquizofrenia infantil em termos do fracasso adaptativo. In: SHEPHERD, R.; JOHNS, J.; ROBINSON, H. T. D. W. Winnicott – *Pensando sobre crianças*. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 193-196.

¹ Juliana CÁU DURANTE. Psicóloga Clínica, Ms.(Doutoranda)
Departamento de Pós-Graduação em Letras (UFPE)
julianacau10@yahoo.com.br

